

19 SET 1987

ANC 88

Sem acordo, Cabral decidirá jornada

CORREIO BRAZILIENSE

DNER faz lobby pelo transporte

Rio — O diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Antônio Canabrava, enviou carta aos membros da Comissão de Sistematização da Constituinte, afirmando que o setor rodoviário poderá recuperar todas as estradas do País, com a vinculação de recursos do Imposto Único de Combustíveis ao Fundo Rodoviário Nacional.

INTEGRA

A íntegra do documento é a seguinte: "As autoridades rodoviárias do País estão convictas de que as emendas ES-23922/8, ES-23923/6 e ES-23924/4, que se complementam e têm o mesmo fim de vincular o Imposto Único sobre os Combustíveis e Lubrificantes ao Fundo Rodoviário Nacional, ensejarão a oportunidade, com a participação de agências de financiamento, de propiciar as condições básicas da rede nacional, para que essa seja usada, em condições ótimas de economia e segurança.

O acima exposto decorre da certeza de que os fundos advindos de tal vinculação permitirão, além do planejamento e bom gerenciamento que a própria vinculação enseja, a recuperação da rede rodoviária nacional, num prazo de 10 anos.

Ocorre que a boa disposição das agências internacionais de crédito em antecipar recursos, particularmente, o Banco Mundial, nos permitiria, no período de 1988/89/90, elaborar, pelo menos a nível federal e estadual, todos os trabalhos necessários à colocação da rede rodoviária, dentro dos padrões compatíveis com os países mais adiantados do mundo".

Praticamente frustrada a última tentativa de Bernardo Cabral para conseguir um entendimento entre empregadores e empregados com relação aos dois pontos mais polêmicos na área da Ordem Social da Constituição: estabilidade e jornada de trabalho. A reunião, realizada a partir das 10h30 de ontem, na sede da OAB-DF, durou pouco mais de meia hora e terminou como começou: nada ficou acertado e Cabral decide as questões por conta própria. "Vou procurar uma forma de não prejudicar ninguém", disse ele.

Representados pelo senador Albano Franco (PFL-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e pelo tesoureiro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Ruy Altenfelder, os empresários não levaram nenhuma proposta e também não aceitaram as apresentadas pelos sindicalistas — Jair Meneghell, da CUT, e Joaquim dos Santos Andrade, Joaquinção, da CGT.

Os sindicalistas queriam que a estabilidade no emprego ficasse garantida no texto do projeto de Cabral, a partir de 90 dias da admissão do trabalhador, com exceção somente para casos de contrato de termo, ou seja, aquele não superior a dois anos e definido seu tempo de duração no próprio contrato; o contrato de experiência de 90 dias; de empresas com até dez empregados; trabalho avulso (tarefas específicas e esporádicas); no caso de relevante motivo técnico e/ou econômico; e, cargos de confiança. Quanto à jornada de trabalho, a proposta dos empregados era para que fosse reduzida das 48 horas semanais, como é hoje, para 40 horas semanais, admitindo aí uma redução gradativa, num período de até dois anos.

Para Altenfelder, que veio a Brasília em substituição a Mário Amato, presidente da Fiesp, as duas posições são incoerentes com o regime econômico brasileiro, baseado na economia de mercado, na empresa li-

vre. A proposta patronal é de deixar a estabilidade e a jornada de trabalho para as disposições transitórias, "para que não se constituam em norma". Já para Albano Franco, a estabilidade "seria um desserviço à nossa Pátria".

"Agora, temos que continuar a mobilização com os constituintes, pois com os empresários fracassou", disse o presidente da CUT. E Joaquinção, presidente da CGT, acha que agora o que se pode fazer "é esperar para ver o que foi inserido no substitutivo e pedir destaques, para voltar a discutir esses pontos no plenário da Constituinte". Apesar de nenhum dos dois representantes do empresariado ter feito qualquer proposta, Joaquinção sentiu maior resistência às suas propostas por parte da Fiesp.

A reunião de ontem havia sido solicitada pelo próprio Cabral, após a visita que os sindicalistas lhe fizeram na última terça-feira. Naquele dia, o relator se comprometera em acatar qualquer decisão que fosse resulta-

do de um consenso entre empregados e empregadores. A partir daí, o deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP) começou a fazer os contatos, amarrando o encontro já na noite de anteontem. Como articulador, ele também participou da reunião, assim como o presidente da OAB-DF, Amaury Serralvo, como anfitrião.

Durante as quase três horas que passou na sede da OAB — das 10h30 às 13h15 — Bernardo Cabral se reuniu com três grupos distintos. Em um mesmo corredor, ele participou primeiro da reunião com patrões e empregados. Depois, em uma sala à direita, foi falar com os principais líderes do PFL: senador Marco Maciel (PE), Carlos Chiarelli (RS) e José Lourenço (BA); e, finalmente, voltou à ala esquerda do corredor e conversou com o grupo de constituintes progressistas, representado por lideranças do PT, PC do B, PCB, PDT e MUP — parlamentares da esquerda do PMDB.

Anabb luta por aposentadoria

O substitutivo que o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), apresentará neste sábado deverá prever a aposentadoria dos bancários aos 25 anos de serviço, além de impor um limite percentual máximo à incidência de imposto de Renda sobre salários e a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas, privadas e estatais.

As três propostas constam das emendas populares encaminhadas à Constituinte pelos funcionários do Banco do Brasil que, com base em recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sugerem como tempo máximo de trabalho produtivo para o setor bancário os 25 anos de atividade ininterrupta, devido ao desgaste típico da profissão. Defendem também a manutenção do mesmo nível de remuneração

na aposentadoria que deverá ser equiparada à dos funcionários na ativa.

Os funcionários do Banco do Brasil ainda querem ver consagrado na Constituição o direito de participação dos empregados nos lucros das empresas, sejam elas estatais ou privadas. E, ainda, que os empregados tenham assegurada participação na gestão destas empresas, não só como fiscais da sua boa condução, como pela contribuição que poderão dar ao crescimento e lucratividade das mesmas, já que serão beneficiários dos lucros a serem obtidos.

O Imposto de Renda descontado sobre salários, defende a ANABB, deve ter um teto máximo, aproximado ao limite de recolhimento à Previdência Social. Caso contrário, alega a Associação, o Governo insistirá em taxa cada vez mais os assalariados.